

A REVISTA DO  
INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DO  
PARÁ EM DEFESA DO  
EXTREMO NORTE DO  
BRASIL\*

THE JOURNAL OF HISTORICAL  
AND GEOGRAPHICAL  
INSTITUTE OF PARA IN  
DEFENSE OF THE EXTREME  
NORTHERN OF BRAZIL

Iza Vanesa Pedroso de Freitas Guimarães\*

RESUMO

Este artigo aborda a trajetória da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) no século XX e visa compreender as continuidades e descontinuidades na história do periódico da Associação. Trata-se de um trabalho de pesquisa histórica, cujas principais fontes analisadas correspondem aos volumes e fascículos da própria Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP) publicados no período de 1917 a 1970.

**Palavras-Chave:** Amazônia, Intelectuais, Política.

ABSTRACT

This article discusses the history of the Journal of the Historical and Geographical Institute of Para (IHGP) in the twentieth century and aims to understand the continuities and discontinuities in the history of the journal of the Association. It is a work of historical research, whose main sources analyzed correspond to the volumes and issues of the journal itself the Historical and Geographical Institute of Para (RIHGP) published between 1917 to 1970.

**Palavras-Chave:** Amazonia, Intellectuals, Politic.

\* Texto adaptado de minha dissertação de Mestrado Acadêmico defendida em 2007 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação do professor Dr. Aldrin Moura de Figueiredo. Tal pesquisa foi desenvolvida com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

\*\* Professora Assistente I da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

## APRESENTAÇÃO

O IHGP foi criado em comemoração ao Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil no dia três de maio de 1900, juntamente com a Academia Paraense de Letras e a Liga Humanitária do Estado do Pará. A fundação do IHGP deu-se sob a égide do governo estadual de José Paes de Carvalho<sup>1</sup> que havia incluído no programa de comemoração do Centenário Brasileiro a criação do “Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Pará” como foi primeiramente chamado.<sup>2</sup>

Poucos anos depois, a maioria dos sócios do IHGP dispersou-se, priorizando outras atividades que não as vinculadas ao Instituto. A dispersão de seus membros fez essa Associação praticamente desaparecer. Porém, a comemoração do Tricentenário da Fundação de Belém que ocorreu em 1916, estimulou a reinstalação do IHGP, que contou com o apoio do governador do Estado, Lauro Nina Sodré e Silva.<sup>3</sup> Fundado por ocasião da comemoração do Centenário Brasileiro e refundado em comemoração ao Centenário da Revolução Pernambucana, o IHGP tornou-se uma instituição científico-cultural bastante atuante no Pará, principalmente, no contexto da Revolução de 1930 e do Governo Revolucionário.

---

<sup>1</sup> José Paes de Carvalho (1850-1943) era médico e político. Tomou posse como governador do Estado do Pará em primeiro de fevereiro de 1897, permanecendo no governo até 11 de fevereiro de 1901 quando assumiu seu sucessor, Augusto Montenegro. Foi o primeiro presidente do Clube Republicano. (Cf. ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: Distribel, 2001, p. 85).

<sup>2</sup> Cf. HISTÓRIA: INSTITUTO PASSOU POR VÁRIAS FASES. *Diário do Pará*. Belém, 6 de agosto de 2003. Caderno Cidades F-2, p.6.

<sup>3</sup> Lauro Sodré nasceu em 1858 e morreu em 1944. Depois de sua formação militar, seguiu carreira política e tornou-se um importante estadista. Após a proclamação da República, foi oficial do gabinete de Benjamim Constant e eleito para a Assembléia Nacional Constituinte, contribuiu com a redação da Carta Republicana. Foi o primeiro governador constitucional do Pará, empossado em 24 de junho de 1891. Também foi eleito senador da República, cargo que ocupou em legislaturas sucessivas. Foi candidato à Presidência da República, e voltou a governar pela segunda vez o Pará em 1912 até 1917. Autor de “Crenças e Opiniões” e “Palavras e Actos”, também colaborava em jornais da época. (CD-ROM. *Catálogo de Obras Raras*. Biblioteca Pública Estadual Arthur Vianna. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, vol. I, 2001).

Em 1900, em analogia à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) criada em 1839, publicou-se o primeiro número da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP). Em seguida, apenas mais dois números foram publicados. Suspendeu-se a sua publicação até 1917; no mesmo ano de sua refundação, os sócios do IHGP retomaram a edição de sua Revista e esse periódico voltou a ser publicado.

Apesar da publicação da Revista do IHGP ser voltada principalmente às necessidades locais (tiragem, páginas, etc.), os sócios do IHGP aspiravam por um alcance mais amplo para esse periódico. Eles desejavam que a publicação da Revista do IHGP atendesse aos círculos intelectuais nacionais e internacionais, a fim de que esse periódico fosse uma referência tanto para a intelectualidade brasileira quanto para os intelectuais estrangeiros.

A finalidade da Revista do IHGP era tornar a Associação uma entidade com amplo respaldo nacional e internacional, como afirma Aláudio de Oliveira Melo, que foi orador do IHGP: "... pela tarefa empreendida em prol da difusão da história e geografia amazônicas, (o IHGP) é entidade conhecida em todo o Brasil e no exterior, mantendo intercâmbio cultural com as instituições congêneres".<sup>4</sup>

A apresentação da Revista do IHGP cabia à comissão de redação que tinha como tarefa revisar e selecionar os trabalhos a serem publicados, escolhendo as temáticas sobre as quais tais trabalhos deveriam tratar, além da escolha dos nomes a serem biografados e das obras raras que deveriam ser republicadas e/ou resenhadas. Trabalhos em várias áreas de interesse e formação constavam nas páginas desse periódico, como também atas de importantes sessões, relatórios de atividades realizadas pelo Instituto, relatórios de governo, alocações e conferências proferidas pelos seus sócios, homenagens cívicas aos grandes homens da história pátria e da história do Pará e da Amazônia, transcrições de documentos históricos.

---

<sup>4</sup> MELO, Aláudio de O. Recordando uma instituição cultural. *RIHGP*. vol. XIII. Belém: Imprensa Universitária do Pará, 1952/1965, p. 27.

## RIHGP: CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES

Nos primeiros dois anos após a refundação do IHGP, sua Revista foi publicada consecutivamente, isto é, em 1917 e 1918. Posteriormente, sua publicação passou a corresponder a biênios: em 1920, publicava-se o número da Revista do IHGP correspondente ao biênio de 1919/1920; em 1922, o número de 1921/1922.

Não ocorreu como deveria a publicação do biênio de 1923/1924. A Revista do IHGP voltou a ser publicada em 1926 e depois ocorreu um novo intervalo, mas dessa vez de quatro anos (1927-1930), ou melhor, correspondendo tal intervalo a dois biênios. Quanto a esse intervalo, a comissão de redação<sup>5</sup> explicou-o, eximindo o Instituto de qualquer responsabilidade sobre tal interrupção. Notificou em 1931, por meio da própria Revista do IHGP que:

Motivos evidentemente alheios e superiores a sua vontade obrigaram o Instituto a interromper a publicação da Revista que, ora, volve a circular no seu volume VI, correspondente aos anos IX a XIII, relativo ao primeiro semestre do corrente ano de 1931.<sup>6</sup>

A comissão de redação da Revista do IHGP salientou que essa interrupção deu-se em função dos limitados recursos materiais de que o IHGP dispunha para publicar os exemplares. Em 1931, através do Decreto nº 259, como solução para esse problema de ordem material: “O governo revolucionário do Pará” na pessoa do Interventor Federal, Joaquim Cardoso de Magalhães Barata (1888-1959), “reconhecendo a utilidade (pública) do Instituto Histórico, ampara e favorece essa associação científica”<sup>7</sup>. Através

<sup>5</sup> A comissão de redação nesse período era formada pelo diretor de redação: Dr. Luiz Barreiros e pelos redatores: Jorge Hurley, Paulo Eleutherio, Abguar Bastos e João Penna de Carvalho.

<sup>6</sup> A Revista. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. 11.

<sup>7</sup> Decreto nº 259 – de 31 de março de 1931A. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. V.

do decreto citado, Magalhães Barata obrigava as prefeituras municipais do Estado do Pará a canalizar recursos para a manutenção do IHGP, principalmente no tocante à publicação de sua Revista:

O capitão Interventor Federal do Estado do Pará, por nomeação legal do Governo provisório da República, usando de suas atribuições [...]

Decreta:

Art. 1º - As Prefeituras Municipais do Estado do Pará deverão concorrer, mensalmente, para a manutenção do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e publicação regular de sua revista semestral...<sup>8</sup>

Desse modo, no volume de 1931, era transcrito integralmente o Decreto nº 259 que estimulou a publicação semestral da Revista do IHGP. A iniciativa do Interventor federal, Magalhães Barata, era elogiada nas páginas da Revista pelos sócios do Instituto em gratidão pela assistência que o interventor prestava à associação:

A sua regular publicação semestral a que, dora em diante, obedecerá, - apraz nos deixar assinalado, - deveu-a ao decisivo apoio que ao Instituto houve por bem dispensar o capitão Joaquim de Magalhães Barata, honrado Interventor Federal, pela forma concretizada no decreto n. 259 de 31 de março ultimo.<sup>9</sup>

Com o apoio de Magalhães Barata, pela primeira vez, a Revista do IHGP foi publicada consecutivamente no período de quatro anos (1931-1934), visto que essa era uma das principais finalidades do IHGP reconhecida pelos seus sócios, dada à importância do periódico:

Que não tem falhado a sua missão [do IHGP], dil-o o período de labor com que, desde então, vai edificando os seus anais.

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. VI/VII.

<sup>9</sup> A Revista. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) vol. VI, 1931, p. 11.

E não falhará, assim o ajudem, os que podem e devem fazel-o dentro de sua obra de perseverança e de fé, por meio da qual não desaparecerão, de todo, das tradições e dos antigos costumes regionais, os traços que, do tempo e do espírito da época podem ser coligidos e conservados, para recordar, com desperta emoção nacional, a vida característica da população do extremo norte do Brasil.<sup>10</sup>

Em 1935, a publicação da Revista não ocorreu. É claro que a comissão de redação não emitiu nenhum juízo acerca desse fato. Mas em 1936, para a tranquilidade dos sócios do Instituto, a Revista do Instituto voltou a ser publicada, em seu volume X dedicado à comemoração do Centenário da Cabanagem. Tal temática atravessou todos os trabalhos publicados nesse volume, tornando-se o fio condutor da produção do IHGP no ano de 1936. Os sócios do IHGP, ao contrário do que se propuseram a fazer, comemoraram, em verdade, a derrocada do movimento cabano, enaltecendo a figura do General Andréa, o maior inimigo da revolução.

No ano de 1937, não houve a publicação. A Revista voltou à circulação apenas em 1938 quando foi publicada integralmente a obra de Henrique Jorge Hurley<sup>11</sup>, *Noções de História do Brasil e do Pará*, com o subtítulo: “De acordo com o programa de ensino primário do estado do Pará, em comemoração ao tricentenário da partida de Cameté, a 28 de outubro de 1637, da expedição de Pedro Teixeira, à conquista da Alta Amazônia para o Brasil”. Esse volume XI foi o último publicado na década de 1930 e o último também em um período de um pouco

---

<sup>10</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>11</sup> Historiador e magistrado, Henrique Jorge Hurley depois de cumprir sua carreira militar de 1898 a 1907, foi juiz substituto da Comarca de Baião e Marapanim/PA. Tornou-se promotor público de Curuçá, Macapá e Vizeu/PA, foi também juiz de Direito da Comarca de Afuá e Breves/PA e por último desembargador do Tribunal do Estado do Pará em 1934. Foi também membro da Academia Paraense de Letras e sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico do Ceará, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e de São Paulo. Dentre suas obras: *A Cabanagem*, *Traços Cabanos*, e *História do Brasil e do Pará* são as principais. Faleceu em 1956. (Cf. ROCQUE, Carlos. Depoimentos para a História Política do Pará. Belém: Mitograph, 1981, p. 865).

mais de uma década, pois a Revista apenas voltou a circular no ano de 1951, com o seu volume correspondente aos anos de 1939 - 1951:

Por doze longos anos, desde 1938, não circula a REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ.

E bem de ver que, na execução do nosso programa, não seria lícito, deixar de cumprir imperativo estatutário e uma das principais finalidades do Instituto.

Circunstâncias superiores, a isso nos contrangeram, com pesar para o nosso empenho de divulgar o que se torna essencial ao conhecimento da História e das tradições paraenses.<sup>12</sup>

Após o ano de 1951, a Revista do IHGP enfrentou mais um corte em sua publicação: o mais longo de toda sua trajetória, pois a publicação do volume XIII ocorreu apenas em 1965. Assim como os “motivos alheios e superiores” que levaram à interrupção na publicação da Revista do IHGP entre 1926 e 1931; as “circunstâncias superiores” que provocaram o intervalo entre 1938 e 1951; entre 1951 e 1965, “circunstâncias imperiosas” provocariam um novo corte na trajetória da Revista.

Mais uma vez a justificativa da comissão de redação<sup>13</sup> foi apresentada de forma superficial: “Tendo sido interrompida durante o período de 14 anos, por circunstâncias imperiosas, a publicação desta Revista, volta a circulação”<sup>14</sup>. Depois de 1965, houve um intervalo de dois anos, sendo publicado um novo número da Revista em 1968. O volume de 1970 seria o derradeiro dessa fase da história do IHGP, vale ressaltar que o volume foi editado correspondendo ao biênio de 1969/1970.

No início, a Revista do IHGP foi impressa nas Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado); depois passou a ser

<sup>12</sup> Nosso Reaparecimento. *RIHGP*. Belém: Oficinas Graficas da Revista da Veterinária, vol. XII, 1939/1951, sp.

<sup>13</sup> A comissão de redação nesse período era composta por: Georgenor de Souza Franco, Jarbas Gonçalves Passarinho, José Marcos dos Santos e Aláudio de Oliveira Melo.

<sup>14</sup> Nosso Reaparecimento. *RIHGP*. Belém: Imprensa Universitária do Pará, vol. XIII, 1952/1965, sp.

impressa nas Oficinas Gráficas do Instituto Dom Macedo Costa (Escola Profissional do Estado). Em seguida, voltou a ser impressa no Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado); e, em sua última fase, foi impressa nas Oficinas Gráficas da Revista da Veterinária e na Imprensa Universitária do Pará vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA).

## DESCONTINUIDADES: ENTRE FAZER HISTÓRIA E FAZER POLÍTICA

Quanto às suspensões na publicação da RIHGP, precisamos entender que os poucos recursos de que a Associação dispunha para a publicação da Revista contribuíram significativamente para que em vários momentos fosse suspensa a sua publicação. No início da década de 20, a saída para manter a publicação da RIHGP foi editá-la em biênios para reduzir os gastos. Porém, mesmo mantendo a publicação em biênios, o IHGP não conseguiu publicá-la com regularidade.

Outra saída fazia-se necessária. Portanto, os sócios do IHGP reforçaram a relação entre a Associação e o Estado, para que este confiasse ao IHGP alguma ajuda financeira no sentido de viabilizar a publicação da RIHGP. Essa solução parece ter dado certo, pois nos primeiros quatro anos do governo de Magalhães Barata, quando o Instituto passou a receber regularmente incentivos das prefeituras dos municípios paraenses, a RIHGP foi publicada ininterruptamente. Porém, o atrelamento do IHGP ao Estado resolveu o problema da carência de recursos materiais, mas gerou um problema político no tocante à transição de governos<sup>15</sup>. As interrupções na publicação da RIHGP coincidem com os períodos de resistência aos governos vigentes e de tran-

---

<sup>15</sup> Na proclamação da República em 1889 e com o conseqüente exílio de D. Pedro II, os membros do IHGB temeram perder os incentivos que o Imperador destinava à instituição, o que poderia relegá-la ao esquecimento, concorrendo inclusive para o seu desaparecimento. Então, “À vista das perspectivas não definidas para o IHGB diante do exílio de Pedro II e, por conseguinte, da perda das garantias asseguradas pelo Estado imperial à instituição, o pensamento da associação, reconhecendo a realidade da República, assimilará o novo regime como portador de uma ordenação capaz de comprometer a continuidade da associação”. COELHO, Geraldo Mártires. *História e ideologia: o IHGB e a República (1889-1891)*. Belém: Ed. Universitária UFPA, 1981, p. 36.

sições políticas no Estado do Pará, atentando para a falta de esclarecimento que cercava a justificativa da comissão de redação da RIHGP.

Em 1924, ocorreu a primeira interrupção desde a refundação do Instituto. Na esfera nacional, o presidente Arthur Bernardes, em 1924, enfrentou a sublevação de um movimento militar liderado por Isidoro Dias Lopes em São Paulo. No Estado do Pará, era governador Antônio Emiliano de Souza Castro (1875-1951), cujo governo foi considerado por Carlos Rocque (2001): “Dos mais impopulares de toda a História do Pará”<sup>16</sup> devido à crise econômica e política que o Pará enfrentava em sua diligência.<sup>17</sup>

Em Manaus, um grupo de militares liderado por Magalhães Barata tomou o governo de assalto. O movimento expandiu-se para o Baixo Amazonas, conquistando Óbidos e Santarém. Em Belém, o 26º Batalhão de Caçadores fora destacado pelo governo estadual para conter o movimento no Baixo e Médio Amazonas, o que gerou grande resistência por parte desse grupo de militares, desencadeando a conhecida Revolta de 1924. No governo estadual, depois da repressão ao levante de 1924 no Baixo e Médio Amazonas, o Pará experimentou relativa estabilidade, porém na Intendência de Belém, de 1923 a 1929, essa estabilidade não ocorreu<sup>18</sup>. Além de que,

<sup>16</sup> ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001, p. 147.

<sup>17</sup> O governo no Pará enfrentava dívidas exorbitantes, baixa arrecadação e a total aniquilação de créditos externos, tudo isso levando ao atraso no pagamento dos vencimentos do funcionalismo público e à necessidade de corte de gastos através da demissão em massa dos funcionários que serviam ao Estado.

<sup>18</sup> Com a morte de Cipriano José dos Santos em 1923, Abel Chermont assumiu a Intendência temporariamente. No mesmo ano, foi então nomeado para o cargo José Olinto Barroso Rebelo que permaneceu no cargo até 1925. Depois foi a vez de Waldomiro Rodrigues dos Santos, nomeado pelo novo governador Dionísio Ausier Bentes. Rodrigues dos Santos foi intendente até 1926, afastado por problemas de saúde, sucedendo-o Antônio Crespo de Castro, que após a confirmação da morte de Rodrigues dos Santos, foi empossado pelo governador na época. José Maria Camisão foi o sucessor de Crespo de Castro e ficou na Intendência até 1929. Nesse mesmo ano, o novo governador, Eurico Vale, nomeou Antônio Faciola para administrar Belém. Depois da Revolução de 1930, uma Junta Provisória assumiu o governo do Pará e nomeou para a Intendência, primeiro, Ismael de Castro e depois José da Gama Malcher, ambos ocupando a Intendência apenas por dias. Com a nomeação de Magalhães Barata para a Interventoria Federal, assumiu o padre Leandro Pinheiro já como prefeito de Belém, pois o Interventor extinguiu o cargo de intendente e criou o cargo de prefeito, ambos com as mesmas atribuições. ROCQUE, Carlos. *História Geral de Belém e do Grão-Pará*. Belém: DistribeL, 2001, *passim*.

com a derradeira crise da borracha em 1925, os intelectuais passaram a ver a história do Pará em uma perspectiva de crise, de decadência.

Na década de 1930, ocorreram quatro interrupções na publicação da RIHGP: em 1930, 1935, 1937 e em 1939. O clima de instabilidade provocado pela agitação do movimento de 1930 e em seguida pela vitória da Revolução de 1930 no Pará pode ter contribuído para a não-publicação da Revista, visto que muitos dos sócios do IHGP faziam parte desse movimento<sup>19</sup>. Em 1935, com o agravamento da crise política no Pará provocada pelas disputas entre a oposição ao governo de Magalhães Barata e os seus defensores, houve o afastamento do referido Interventor Federal e protetor do Instituto, havendo a conturbada transição ao governo de José da Gama Malcher<sup>20</sup>.

Desse modo, a publicação da RIHGP não ocorreu nesse ano de 1935. Em 1937, com o golpe de Estado, o Estado Novo foi decretado por Getúlio Vargas, mais uma vez a publicação da Revista não ocorreu. No ano de 1939, o governo de Gama Malcher começou a enfrentar pesadas críticas, apesar de sua manutenção no governo até 1943.

Nos anos 40, a concepção de história passou por uma reformulação que já vinha amadurecendo desde o final da década de 1930. A divulgação do pensamento dos *Annales*, fundado em 1929 com a criação de sua Revista, contribuiu decisivamente para essa mudança. Até 1939, os seus fundadores, Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre, construíram uma obra comum. Após a morte de Marc Bloch em 1944, já sob a direção de Lucien Febvre, os *Annales* conquistaram um grande reconhecimento e uma ampla aceitação nos círculos intelectuais europeus<sup>21</sup>. A contestação à velha concepção de história moldada segundo o pensamento positivista ou romântico ganha força nesse período.

---

<sup>19</sup> Abelardo Condurú, Abel e Guilherme Chermont, Abguar Bastos, Ismaelino de Castro, Leandro Pinheiro, José da Gama Malcher, Paulo Eleutherio, entre outros.

<sup>20</sup> Nesse período, ocorreram rupturas com o governo de Magalhães Barata por parte de sócios do IHGP como Abguar Bastos e Paulo Eleutherio.

<sup>21</sup> “De fato, em 1945, não há mais hostilidade; toda a juventude da Universidade corre para a história dos”. BRAUDEL, Fernand. *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 24.

Como o Brasil aproxima-se muito do contexto intelectual e cultural francês<sup>22</sup>, também aqui se fez sentir essa crise, principalmente no interior das instituições culturais que destinavam à história, um lugar privilegiado no corpo de suas atividades. A concepção de história defendida pelo IHGP era a mesma do IHGB, isto é, uma concepção pautada em um forte apelo pedagógico que orientasse os jovens ao patriotismo, exaltando a figura dos antepassados, isto é, como afirma Francisco Iglésias (2000), a história como “mestra da vida que se cultua”<sup>23</sup>, portanto:

... ao Instituto Histórico, evocando o passado e fixando o presente, compete encaminhar criteriosamente a mocidade e o povo no estudo do civismo, [...], incentivando, pela emulação e pelo exemplo, a mocidade ao culto dos nossos heróis e mártires, cuja abnegação fortalece as novas gerações.<sup>24</sup>

Desse modo, a dissolução da velha ideia de monumentalidade provocou forte impacto ao IHGP. Essa crise coincidiu também com uma outra crise, a de ordem financeira. Sem grandes incentivos por parte do Estado, os sócios enfrentaram muitas dificuldades para manter o Instituto em funcionamento, acabando por interromper suas atividades por um longo período.

Na segunda metade do século XX, o IHGP continuou sem receber auxílios suficientes do Estado para manter o seu periódico e suas atividades, visto que durante trinta anos (1940-1960), a Associação publicou apenas quatro números de sua Revista, o que corresponde à proporção de um volume para quase oito anos de atividades.

Defendemos, portanto, que a aproximação entre o Instituto e o Estado determinou a própria trajetória não somente da RIHGP, mas também

<sup>22</sup> Essa proximidade é constatada desde o início do século XX, quando analisamos o período ao denominamos de *Belle Époque*; o próprio IHGB foi idealizado no *Institut Historique de Paris*.

<sup>23</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG IPEA, 2000, p. 62.

<sup>24</sup> Decreto n° 259 – de 31 de março de 1931A. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. V/VI.

da própria Associação. Acreditamos que as interrupções na publicação da RIHGP estão relacionadas à falta de recursos para a manutenção do Instituto. Mas, acreditamos também que tais interrupções mantêm-se diretamente ligadas à dinâmica das relações estabelecidas entre o Instituto e o Estado, ora devido à forte presença do Estado no interior da Associação, como na década de 1930; ora pela total ausência do Estado no sentido de concorrer à assistência do Instituto, como nas décadas seguintes.

Dos anos 40 até os anos 60, um aspecto novo parece agravar a decadência da Associação e conseqüentemente concorre para extinção da RIHGP: o fortalecimento de novas abordagens históricas, trazendo à baila novas fontes e problemáticas; ou seja, novas formas de tratamento dos fatos e personagens históricos acabam contribuindo para que poucos números da RIHGP fossem publicados, acabando por encerrar a trajetória da Revista do IHGP. A partir da década de 70, o IHGP é totalmente abandonado por parte dos governos e dos seus próprios sócios. Nas décadas subsequentes, a Associação perde completamente o lugar que tinha no cenário político e intelectual do Estado do Pará.

### POR UMA IDENTIDADE INTELECTUAL NA AMAZÔNIA

Como podemos constatar, a trajetória da RIHGP foi bastante fragmentada desde a sua criação em 1900 até 1970. Isso sugere as dificuldades que a própria Associação enfrentou para manter suas atividades sociais e para manter o único periódico que editava e publicava vinculado à Instituição. Apesar da publicação esparsa nesse período, a RIHGP foi sem dúvida o veículo de maior importância para os membros da Associação. Através das suas páginas, os intelectuais do IHGP documentavam as diferentes formas como percebiam a realidade que os cercava e como as representavam dentro do campo científico,<sup>25</sup> que

---

<sup>25</sup> Entende-se como campo “*literário, artístico, jurídico ou científico* [...] o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 20. (grifo no original).

segundo Pierre Bourdieu (2004) é um campo “... de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças”.<sup>26</sup>

As representações da realidade que os sócios do IHGP articularam dentro do campo científico, em verdade, implicavam em suas pretensões de fazer da Amazônia, um locus de produção científica<sup>27</sup>, com interesses que se organizam dentro do campo intelectual e político.

O que interessava aos sócios do IHGP era a consolidação de pressupostos científicos que contemplassem as especificidades da região amazônica. Nesse sentido, a RIHGP tornou possível senão o nascimento, mas pelo menos a difusão da ciência “amazônica”, isto é, a difusão de uma ciência produzida pelos intelectuais da Amazônia, com base em um conhecimento acerca da região e construído a partir das experiências culturais vivenciadas nessa “porção do território pátrio”. Os sócios do IHGP reivindicavam o reconhecimento do Instituto como um órgão representativo da região e não somente do Estado do Pará.

De acordo com essa reivindicação, a RIHGP foi considerada pelos sócios do Instituto uma arma poderosa para fazer dessa Associação, uma entidade que perseguia a “verdade histórica” de seu tempo: “... nossa REVISTA, [é um] órgão necessário à colaboração que devemos ao conhecimento dos fastos regionais, como contribuição do Pará à Historiografia Brasileira”.<sup>28</sup>

A Revista do IHGP significava para os intelectuais, além da consolidação do conhecimento científico acerca da e na Amazônia, significava também a consolidação dos traços típicos do Instituto; a concretização do papel desempenhado pela Associação frente aos círculos acadêmicos e à sociedade da época:

---

<sup>26</sup> Ibidem, p. 22/23.

<sup>27</sup> Para lembrar novamente Pierre Bourdieu (2004): “Todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura etc., são objetos de análises com pretensões científicas”. BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: UNESP, 2004, p. 19.

<sup>28</sup> Nosso Reaparecimento. *RIHGP*. Belém: Oficinas Graficas da Revista da Veterinária, vol. XII, 1939/1951, sp.

... o Instituto Histórico e Geográfico do Pará, [...] [é uma] associação de homens de letras que se dedicam aos estudos históricos, especialmente do registro e pesquisas dos fatos da Amazônia [...] que [...] muito pode concorrer ainda, em prol e *benefício* das novas gerações que, em suas selecionadas produções e deduções históricas, encontrarão os melhores ensinamentos cívicos, morais e patrióticos.<sup>29</sup>

Como reivindicavam uma representatividade intelectual para o Instituto para além dos limites locais, os seus membros esforçaram-se por construir uma identidade intelectual para a Associação pautada em um discurso declaradamente regionalista:

A intelectualidade amazônica age, neste momento, sob o impulso do patriotismo, para comemorar a data centenária da Revolução pernambucana, que nos trouxe as alvoradas da Independência e da República, fundando nesta capital o Instituto Histórico e Geográfico do Pará (RIHGP, 1917, p. 3, grifo nosso).<sup>30</sup>

Ao se sentirem os verdadeiros protagonistas na conquista do “progresso intelectual” do Estado do Pará e da Amazônia, os membros do IHGP desejavam fazer da Associação uma alavanca de projeção política e intelectual na sociedade letrada da época. Para esses intelectuais, embora participando de outras associações culturais, como a Academia Paraense de Letras, havia a preocupação deles em elevar o IHGP a um *status* de aceitação social diferenciado, construindo uma identidade intelectual para a Associação baseada em atributos e valores culturais e políticos.

---

29 Decreto nº 259 – de 31 de março de 1931A. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. V.

30 MOURA, Ignacio. Alocução pronunciada pelo Dr. Ignacio Moura na inauguração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a 6 de março de 1917, no teatro da paz. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), fasc. I. 1917, p. 3.

Os sócios do IHGP elegeram como a principal finalidade da Associação realizar “o registro honesto da história passada, presente e futura, cabendo-lhe acompanhar, anotando todos os fatos importantes ocorridos no Brasil, no exterior e particularmente na Amazônia”<sup>31</sup>. Desse modo, realizava-se no IHGP a sua conformação com a lógica dos IHGs espalhados pelo Brasil, visto caber a eles a função de legitimar suas especificidades regionais, garantindo certa hegemonia cultural como assegurou Lilia Moritz Schwarcz (2005).<sup>32</sup>

Enquanto para os sócios do IHGP, a Amazônia, em sua totalidade, é o grande foco das investigações históricas, para os sócios do IGHA<sup>33</sup>, é o Estado do Amazonas que ocupa o centro dessas investigações, visto que a Amazônia não aparece em sua finalidade:

No parágrafo 2º, do artigo 1º de seus Estatutos, a finalidade do IGHA está enumerada: “o escudo, a discussão, investigação, desenvolvimento e vulgarização da Geografia, da História e das ciências a elas conexas, nos seus diferentes ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações concernentes ao Brasil e especialmente ao Estado do Amazonas”.<sup>34</sup>

O IHGP, pela sua natureza e finalidade, para os seus sócios implicou em uma Instituição representativamente regional, enquanto o IGHA não

<sup>31</sup> Decreto nº 259 – de 31 de março de 1931A. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado), vol. VI, 1931, p. V.

<sup>32</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>33</sup> “Fundado a 25 de março de 1917, em Manaus. Sua sessão de instalação solene deu-se no prédio da antiga Câmara Municipal da capital amazonense (...). Na ocasião, a diretoria eleita foi a seguinte: Presidente: Bernardo Azevedo da Silva Ramos; 1º Secretário: Agnello Bittencourt; 2º Secretário: Coronel Henrique Rubin; Orador: Vivaldo Palma Lima (relator do 1º Estatuto); Tesoureiro: coronel Antônio Clemente Bittencourt; Relator da 1ª Comissão do Corpo Administrativo: Manuel Miranda Simões”. ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém: AMEL- Amazônia Editôra Limitada, 1968, p. 896.

<sup>34</sup> *Ibidem*.

passava de uma instituição apenas local. Como Instituição regional o primeiro estava incorporado “... às funções culturais do Estado, como órgão necessário a sua existência na formação histórica de nossa nacionalidade, neste longínquo trecho do território pátrio”<sup>35</sup>. O que isso significa? Significa que como intelectualidade amazônica ao mesmo tempo em que os sócios do IHGP desejavam capturar as peculiaridades da região amazônica, fortalecendo o discurso regionalista no domínio científico-cultural e político, esses intelectuais também estavam preocupados em colaborar no debate da intelectualidade brasileira, fornecendo uma explicação histórica para a nacionalidade brasileira.

Desde a fundação do IHGP em 1900, a composição dessa casa já refletia a intercessão entre a intelectualidade paraense e a política, quer no exercício de funções públicas ou no âmbito das associações político-partidárias. Dentre os membros-fundadores do Instituto tanto em 1900 quanto em 1917, encontravam-se importantes agentes públicos como Antônio José de Lemos, que foi intendente de Belém, presidiu a Câmara Municipal e foi também senador; Justo Chermont que foi governador do Estado em 1890; José Coelho da Gama e Abreu (Barão de Marajó), primeiro intendente de Belém eleito diretamente em 1891; Enéas Martins, governador do Estado que promulgou a nova Constituição do Estado em 1914; Lauro Sodré que ocupou o governo do Estado em 1917; além dos desembargadores Augusto Borborema e Napoleão Simões de Oliveira com expressa participação na política paraense.

Na década de 1930, outros nomes podem ser evocados nessa mesma condição como o de Abguar Bastos; Abelardo Condurú; Alcebiades Buarque; Adolpho Pereira Dourado; Antonio Souza Castro; Domingos e Adalberto Acatuassú Nunes; Ernesto Cruz; Eurico Valle; Frederico Villar; Fulgencio Simões; Jacob Cohen; Paulo Maranhão; Nilo Matos; Barroso Rebello; Leandro Pinheiro; Maroja Neto; Ismaelino de Castro; Avertano Rocha; Nogueira de Faria; Paulo Eleutherio; Arthur Porto; José da Gama Malcher; entre outros.

---

35 A Revista. *RIHGP*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré (Escola Profissional do Estado) vol. VI, 1931, p. 11.

A produção dos intelectuais do IHGP, quase em sua totalidade, estava vinculada à política. A natureza da produção dos sócios do IHGP na Revista da Associação pode ser definida como conferências, discursos, palestras e biografias, os demais trabalhos podem ser pensados como historiográficos. Na maioria dos trabalhos, predomina a política como temática: tratando de eventos de natureza política e/ou militar, vultos ligados à história política do Brasil, da Amazônia e do Pará, e arguições dos sócios sobre a situação política da época. A partir de 1931, a produção sobre história política cresceu na Revista do IHGP: em 1931, os trabalhos com viés político não chegaram a 50 % dos trabalhos publicados, mas em 1936, superam 80 % dos trabalhos publicados.

### ÚLTIMAS PALAVRAS

O século XX foi o século dos Institutos Históricos e Geográficos. O processo de construção de uma identidade nacional no século XX incluía também a definição das regiões como parte desse território nacional. Desse modo, a concepção de “território/nação” mesclou-se à de “território/região”. No interior dos IHGs, o registro da história nacional estava diretamente ligado ao registro da história regional e vice-versa.

A Revista do IHGP publicada de 1900 até 1970 apesar de refletir e acompanhar os rumos da política no Pará também cumpriu o papel de construir e fortalecer a identidade amazônica na produção científica da época. Nesse sentido, a Revista do Instituto foi o veículo fundamental que os sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Pará encontraram para divulgar como percebiam a realidade que os cercava e como a representavam dentro do campo científico. O Instituto foi o órgão catalisador de uma história amazônica que garantiu um *locus* de erudição inquestionável para a intelectualidade paraense e a RIHGP foi o instrumento para isso.